

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS
TÉCNICAS DO SUS

Humanização dos profissionais técnicos em saúde do
CEFOR-PB com relação à população LGBT

DAVID JOSÉ DE SOUSA CAJU

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

2013

David José de Sousa Caju

Humanização dos profissionais técnicos em saúde do CEFOR-PB com relação à população LGBT

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Polo João Pessoa/PB, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Torcata Amorim

João Pessoa – Paraíba

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Caju, David José de Sousa

Humanização dos profissionais técnicos em saúde do CEFOR-PB com relação à população LGBT. [manuscrito] / David José de Sousa Caju. - 2013.

24 f.

Orientadora: Torcata Amorim

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo João Pessoa-PB, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3. Educação em Saúde. 4. Centros Educacionais de Áreas da Saúde/organização & administração. 5. Humanização da Assistência. I. Amorim, Torcata. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título.

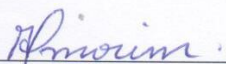
Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Davi José de Souza Caju

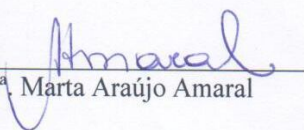
**HUMANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS EM SAÚDE DO CEFOR-
PB COM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LGBT**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo João
Pessoa/PB.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dr.^a. Torcata Amorim (Orientadora)



Prof.^a. Dr.^a. Marta Araújo Amaral

Data de aprovação: 25 de junho de 2013

João Pessoa - PB
2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que sofrem ou sofreram quaisquer tipos de discriminação, mas que nunca desistem de seu direito à vida em plenitude.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que tenho nele.

Ao meu companheiro Roberto Maia e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À professora Torcata pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A todas as tutoras do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

RESUMO

Apesar de todos os esforços que norteiam o Sistema Único de Saúde há falhas que merecem nossa atenção, dentre elas a forma que a população LGBT é atendida nas unidades de saúde. No decorrer dos anos essa população, apesar dos preconceitos, vem alcançando grandes conquistas e com este trabalho propomos que os estudantes/trabalhadores em saúde do CEFOR-PB, tenham maior amadurecimento no tocante à sexualidade das pessoas assistidas por eles em seu ambiente de trabalho, para que esses profissionais que trabalham no SUS tenham um olhar humanizado, sem julgamento de valores morais que interfiram no acolhimento do usuário. Para tanto, faz-se necessário a incorporação ao Plano Político Pedagógico (PPP) da instituição uma proposta de sensibilização dos profissionais de saúde, buscando assegurar à população de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, uma assistência humanizada voltada ao aspecto geral do assistido. Desta forma, propomos neste, um capítulo do PPP voltado a esse fim, construído com a comunidade escolar e o movimento social que defende a causa LGBT. O combate à homofobia pela educação formal enfrenta dois desafios: o primeiro é romper o silêncio dos livros sobre a diversidade sexual e o segundo é encontrar mecanismos discursivos para apresentá-la em uma matriz de promoção da igualdade e da diversidade.

Palavras-chave: Saúde; Profissionais; Humanização; Sexualidade

ABSTRACT

Despite all the efforts that guide the Health System's fault that deserve our attention, among them so that the LGBT population is served at health facilities. Over the years this population, despite the prejudices, has achieved great achievements and with this paper we propose that students / workers in health CEFOR-PB, have greater maturity regarding the sexuality of people assisted them in their work environment to those professionals working in the NHS have a look humane, non-judgmental moral values that interfere with the host user. Therefore, it is necessary to incorporate the Policy Plan (PPP) of the institution a proposal to raise awareness of health professionals seeking to ensure the population of gays, lesbians, bisexuals and transgenders, humanized care focused on the general appearance of the assisted. Thus, we propose in this, a chapter of the PPP returned to this end, built with the school community and social movement that advocates the LGBT cause. The combat homophobia through formal education faces two challenges: the first is to break the silence of the books on sexual diversity and the second is to find discursive mechanisms to present it in an array of promoting equality and diversity.

Keywords: Health; Professionals; Humanization; Sexuality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	12
PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO	14
OBJETIVOS	15
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos	15
JUSTIFICATIVA	16
METODOLOGIA	16
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

Nos dez últimos anos participando de Organizações Não Governamentais (ONG's) que trabalham com o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), percebi o quanto os profissionais de saúde estão despreparados para o atendimento deste público. De acordo com relatos de pessoas assistidas por essas ONG's é usual os profissionais de saúde pública as discriminarem no atendimento, ou quando esses profissionais professam alguma religião mais ortodoxa, querem “converter” ou “curar” tais pessoas através da fé. Esta situação despertou em mim uma inquietação, que por sua vez gerou uma proposta de intervenção no Projeto Político Pedagógico dos cursos da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Paraíba.

Por uma razão de sistematização do estudo, neste trabalho foi abordada a temática LGBT, contudo, poderia citar aqui prostitutas, usuários de álcool e outras drogas, moradores de rua, ou seja, a população excluída socialmente, que também necessita de um atendimento diferenciado e nem sempre os profissionais de saúde estão preparados para assisti-los.

Nas últimas décadas do século XX, o movimento homossexual brasileiro foi sendo construído, com o surgimento de vários grupos em defesa dos direitos dos homossexuais. No Brasil, em 1978 é fundado o jornal O Lampião, editado no Rio de Janeiro, o principal veículo de comunicação da comunidade homossexual. Em Março de 1979, surge em São Paulo o primeiro grupo de homossexuais organizados: o Somos, surgindo a seguir o Somos/RJ, o Grupo Gay da Bahia, o Dialogay de Sergipe, o Atobá e Triângulo Rosa no Rio de Janeiro, o Grupo Lésbico-Feminista de São Paulo, Dignidade de Curitiba, o Grupo Gay do Amazonas, o Grupo Lésbico da Bahia dentre outros. No final da década de 1980 surge o movimento LGBT da Paraíba, iniciando-se com o MEL. Na década de 1990 surge o Grupo de Mulheres Lésbicas Maria Quitéria e a ASTRAPA - Associação de Travestis da Paraíba (Em

<http://lgbtt.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-movimento-lgbt-brasileiro.html>. Acesso em 03/04/2013)

Mesmo não sendo uma conduta criminoso, desde o início do século XIX a sociedade civil organizada passa a lutar contra o preconceito e a discriminação, bem como procura conquistar direitos civis em isonomia com a população heterossexual, começando suas conquistas políticas e sociais.

Em 1995, a então deputada Marta Suplicy propôs um projeto de lei instituindo a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Passada mais de uma década, o projeto ainda não foi apreciado em plenário. Muitos dos direitos ali previstos estão sendo concedidos em decisões judiciais, onde os avanços vão sendo observados, devendo ser destacado o pioneirismo de muitas decisões no Rio Grande do Sul (<http://lgbtt.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-movimento-lgbt-brasileiro.html>. Acesso em 03/04/2013)

No dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, a existência da entidade familiar chamada união homoafetiva entre casais homossexuais. Desta forma, os direitos concedidos a casais homossexuais se assemelham à união estável em alguns aspectos, como pensões, aposentadorias e inclusão em planos de saúde. Os efeitos dessa decisão não são claros, pois ainda não se sabe se casais homossexuais poderão casar. Em seu voto, a ministra Ellen Gracie Northfleet afirmou que "uma sociedade decente é uma sociedade que não humilha seus integrantes". E o ministro Luiz Fux afirmou que "a homossexualidade caracteriza a humanidade de uma pessoa. Não é crime. Então por que o homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são abominadas pela Constituição: a intolerância e o preconceito". (Em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/>. Acesso em 30/03/2013). Desta feita, percebe-se que a voz do Supremo Tribunal Federal delineia-se favoravelmente a uma convivência social mais harmônica. No Brasil hoje há doze estados onde o casamento homoafetivo é uma realidade, e a Paraíba ruma ser o décimo terceiro.

Diante do exposto, observa-se que o público LGBT vem aos poucos e lentamente conquistando seus direitos, contudo, vemos esta conquista mais no âmbito dos Estados e municípios do que nacionalmente. Em João Pessoa podemos citar, por exemplo, a Portaria 384 de 26 de fevereiro de 2010 que estabelece o direito ao uso do nome social em estabelecimentos de atendimento municipal. (Em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/> Acesso em 30/03/2013). A Lei nº 7.309/2006, que proíbe qualquer forma de discriminação do cidadão com base em sua orientação sexual; a Lei nº 10.501/2005, que institui o dia 28 de junho como o Dia Municipal da Diversidade Sexual para a promoção da cidadania homossexual, de consolidação do direito a não discriminação por orientação sexual; e a Lei 10.648/2005, que reconhece os direitos previdenciários aos parceiros de servidores públicos homossexuais, assegurando os recursos previstos na Constituição Federal, no caso de falecimento. (Em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/> Acesso em 30/03/2013).

No dia a dia, observa-se que há uma crescente organização do movimento LGBT que tem buscado se organizar através de múltiplas movimentações públicas tais como paradas, marchas, caminhadas, realização de seminários junto a equipes de educação, saúde e assistência social. O movimento LGBT, através desses movimentos, encontra mecanismos de intervir direta ou indiretamente nas decisões do poder público, inserindo-se em partidos políticos e criando segmentos que pautem diretamente as discussões em torno da desconstrução da homofobia, lesbofobia, transfobia e outros preconceitos que envolvem questões de gênero e sexualidade.

A consciência gerada na sociedade no processo de participação num movimento social, leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população, no presente e no passado. A participação nos encontros e seminários contribui para a formação desta visão que historiciza os problemas de discriminação. Este conhecimento leva a identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do

ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais, na luta cotidiana.

A aproximação com o movimento LGBT possibilitou-me posicionamentos para desconstruir a heteronormatividade, que é o termo utilizado para designar o conjunto de traços que definem a identidade “heterossexual” como normal. Nessa perspectiva, as outras identidades que desviam desse padrão normativo são concebidas como as estranhas, portanto, inferiorizadas. Conforme Miskolci “a heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou mesmo que não venha a se relacionar como pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2012. p.15).

Foi na vivência nesses espaços de formação dos movimentos sociais que me tornei parceiro dessa luta e, na condição de educador popular e militante do SUS, senti-me na obrigação de também estar erguendo essa bandeira. Inicialmente, neste trabalho, a militância está mais focada nesse segmento, onde trabalhei como voluntário na ONG CORDEL VIDA no período de 2008 a 2010, realizando a cobrança e o monitoramento das políticas públicas para as pessoas vivendo com HIV/Aids e para o movimento LGBT da Paraíba. No qual realizamos várias intervenções na interferência contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, como a organização da Parada LGBT, rodas de diálogo em universidades e escolas e seminário de políticas públicas LGBT. A partir das discussões em torno das problemáticas que envolvem as demandas sociais das pessoas LGBT, parto então por questionar todas as formas de opressão que afetam os sujeitos dessa sociedade, especificamente no contexto da Saúde e Educação brasileiras. E desta maneira, defender que, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que formam profissionais de saúde, técnicos do SUS, tenha um conteúdo que busque preparar e sensibilizar estes profissionais para o acolhimento da população LGBT.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A homossexualidade sempre acompanhou a história da humanidade, havendo registros desse tipo de comportamento sexual até mesmo entre povos selvagens e, na natureza, entre os animais. Podemos notar que o enfoque e o conceito dado à homossexualidade são muito variáveis, mudando indiscutivelmente a maneira de ser encarada pelos diferentes povos, tendo, porém em comum o fato de nunca haver sido efetivamente legitimada (RODRIGUES, 2004).

No tocante a diversidade sexual, apesar de a homossexualidade não ser mais considerada doença pela Organização Mundial de Saúde desde os anos 1990, os dicionários insistem na terminologia patologizante para designar as práticas sexuais e afetivas não heterossexuais, por meio dos vocábulos “homossexualismo”, “lesbianismo” e “bissexualismo” (RODRIGUES, 2004).

Os verbetes dos dicionários tomados como exemplos indicam o quanto a injúria homofóbica está presente nas relações sociais e naturalizadas nos atos de linguagem. Em um dos dicionários, (<http://michaelis.uol.com.br/> Acesso em 06/03/2013) a definição, “veado, homossexual, pederasta” é adotada para o verbete “gay”, assim como “sapatão”, para “lésbica”. Isso aponta para um veredicto sobre alguém fora da norma, ou, segundo Didier Eribon, “é uma sentença quase definitiva, uma condenação perpétua, e com a qual vai ser preciso viver” (ERIBON, 2008. p. 56).

O debate contemporâneo sobre sexualidade de gênero ultrapassou o reducionismo dicotomizante natureza versus cultura, por meio da afirmação não apenas da arbitrariedade da dominação masculina, mas também da historicidade da compreensão binária do sexo (RODRIGUES, 2004, p. 59). Para Merry, citando Foucault, a determinação da verdade do sexo é uma construção histórica, e, portanto relativa, estando a serviço do estabelecimento de relações de poder sobre os corpos e da regulação dos prazeres e costumes (MERRY, 2003).

O reconhecimento da homofobia como um fenômeno discriminatório a ser enfrentado pelas escolas é recente nas políticas públicas de educação no Brasil, tendo o Ministério da Educação e Cultura - MEC apoiado cursos de capacitação de professores no tema da diversidade sexual, inclusive preparando material didático para esse fim. Contudo, a bancada evangélica do Congresso Nacional tem embaraçado os esforços nesse sentido, taxando como “kit gay” o material que seria disponibilizado aos professores para trabalhar essa temática. Esse material foi proibido de ser distribuído, passando, mais uma vez, a religião em cima da laicidade do Estado. (Em <http://sigproj1.mec.gov.br/?goTo=search&plataforma=5>. Acesso em: 02/03/2013)

A discussão da diversidade sexual é uma estratégia necessária para seu reconhecimento como valor social a ser preservado, rompendo com o ciclo de violação de direitos e de marginalização das práticas sexuais e performances de gênero não hegemônicas (RODRIGUES, 2004. p. 61).

3. PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

A produção de saúde vem se dando de forma precária à população em geral, levando a uma crise na resolutividade de seus problemas pois, apesar dos avanços científicos, ainda há uma dificuldade de comunicação e sintonia entre a equipe de saúde e os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo com que as tecnologias leves (vínculo, acolhimento, escuta qualificada) permaneçam distantes do processo de trabalho na rede de saúde coletiva (SOUZA, 2009). Os modelos de saúde existentes ainda são focados em produção de procedimentos (consultas, curativos), ao invés de ter um olhar para esse ser de forma integral, produzindo cuidados para o seu dia a dia.

Há necessidade de mudar o paradigma do conceito de cuidado, uma vez que, o modelo vigente não está satisfazendo as necessidades e nem deixando a população contente. Com isto, pode-se afirmar que há necessidade de mudança de paradigma do conceito saúde.

Segundo Boff:

O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado encontra-se o *ethos* fundamental do humano (a toca, a casa humana, o âmago, o conjunto de princípios que regem o comportamento). (BOFF, 1999, P. 129)

Para que a produção do cuidado aconteça, precisamos estar focados no modo de vida de cada cidadão, da forma como cada um enxerga o mundo ao seu redor, extraíndo assim o melhor que ele possa nos oferecer, através de sua criatividade e forma de expressão de seus sentimentos.

Diante do preconceito existente com a população LGBT, entende-se que esta população é ainda mais excluída do Sistema Único de Saúde, que tem como princípios a universalidade, equidade e integralidade (SOUZA, 2009). Isto se deve também porque os profissionais de saúde não estão preparados para fazer o acolhimento e o atendimento a este grupo. Também se percebe que estes usuários são desrespeitados e sofrem

discriminação, devido a sua orientação sexual por parte de alguns trabalhadores da saúde.

O Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOR/PB) forma por ano aproximadamente 4.000 estudantes nos cursos técnicos de Enfermagem, Hemoterapia, Vigilância em Saúde, Radiologia e Saúde Bucal. Porém, estes cursos não preparam os profissionais para atender certos segmentos da população. Os profissionais contratados para ministrarem esses cursos estão na escola enquanto durar o curso, quando é findo seu contrato, ou seja, são contratos periódicos, não formam vínculo, não propõem atividades para os próximos cursos. Faz-se, periodicamente, formação pedagógica que tem o objetivo maior de fornecer embasamentos didáticos, uma vez que a grande maioria desses profissionais não tem formação em licenciatura, ou seja, são bacharéis.

Contudo, esses professores mostram-se dispostos (as) a inovar, uma vez que, boa parte deles (as) é oriunda de movimentos sociais, ou seja, militam na sociedade civil organizada e na defesa do SUS, conforme confirmam entrevistas realizadas no processo seletivo para o seu ingresso na instituição de ensino. Assim, a prática necessária para que a discriminação à população LGBT seja amenizada nas unidades de saúde, partindo por parte da escola, através de seu Projeto Político Pedagógico, e posto em prática em sala de aula, através dos professores, chegue aos estudantes/trabalhadores de forma natural, didática e esclarecedora, uma vez que será abordada de forma apropriada a um (a) profissional de saúde humanizado e afetuoso.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral:

- Inserir no Projeto Político Pedagógico do CEFOR/PB a temática LGBT como eixo norteador das discussões sobre diversidade sexual e arranjos familiares.

4.2. Objetivos Específicos:

- Refletir sobre a importância da sexualidade na vida das pessoas do CEFOR, desconstruindo o tabu sobre sexualidade aos profissionais de saúde;
- Promover a reflexão sobre mitos e tabus em relação a sexualidade das pessoas;
- Qualificar os educadores quanto ao conhecimento sobre sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

5. JUSTIFICATIVA

Por se tratar de um tema difícil de ser dialogado pelos profissionais de saúde por meio da Educação Permanente, faz-se necessário discutir em nossa escola, que é formadora do agente do SUS, a importância da Política LGBT em nosso país. Para que os educadores possam inserir o tema no Projeto Político Pedagógico de uma maneira mais harmoniosa aos profissionais de saúde, uma vez que esse tema é normalmente debatido pelos profissionais de saúde de uma maneira pejorativa e um tanto discriminatória. Consonante com Dias e Porto,

A Educação em Direitos Humanos é indispensável à formação de qualquer profissional [...], visto que é de suma importância que se estabeleçam mecanismos de apropriação cultural que possam intervir no processo de construção da cidadania plena, não apenas para estabelecer regras e modo de convivência social mais democrática entre educadores e educandos, mas para que o educador possa atuar enquanto agente de transformação de uma cultura autoritária, na qual toda nossa geração foi forjada, e contribuir para a construção de novas formas de convívio social em que os sujeitos reais e concretos assumem seus próprios modos de viver, de sentir e de julgar e exercitam sua capacidade de transformar o instituído (DIAS e PORTO, 2010. p.52)

6. METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se numa proposta de intervenção, de natureza exploratória e qualitativa.

Como sugere Marconi e Lakatos (2008), tal proposta abrange uma investigação de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno ou modificar e clarificar modelos.

A intervenção proposta para a escola é que a mesma construa um capítulo em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), buscando preparar os alunos para atender a população LGBT nas unidades de saúde que os mesmos atuam, visando minimizar os preconceitos contra tal população. Considerando para isso a história da homossexualidade, sua discriminação; aspectos genéticos da homossexualidade; identidade de gênero, leis nacionais, estaduais e municipais acerca do tema e a laicidade do Estado. É de suma importância este tema, uma vez que as unidades de saúde que os profissionais formados atuam são públicas então, os mesmos devem fazer valer a lei de que sejam quaisquer que forem suas religiões, não devem interferir no atendimento, pois, o Estado é laico e, quando atuando em seu nome não se devem professar quaisquer crenças.

O ideal para que essa intervenção seja concretizada, é necessário, antes de tudo, diálogos entre os movimentos sociais que militam neste segmento e todos os atores da escola (estudantes, professores, direção, especialistas em educação, entre outros). Esses encontros devem ser realizados no ambiente escolar com duração de cinco dias, em dois turnos nos quais serão ouvidos gays, lésbicas e transgêneros acerca de suas experiências danosas nas unidades de saúde no tocante à sua sexualidade. Partindo dessa realidade, são lançadas propostas, discutidas, documentadas e postas em prática no ambiente escolar e, posteriormente nas unidades de saúde em que os estudantes atuam, ou seja, em seus cotidianos.

Assim iremos realizar reuniões mensais com os estudantes para aplicar um questionário antes da intervenção e depois outro questionário após a intervenção para percebermos se houve mudança no comportamento dos profissionais do CEFOR e dos alunos do CEFOR (trabalhadores do SUS) sobre a questão da transfobia, lesbofobia e homofobia institucional. Importante nesse projeto explicar sobre a inclusão da temática LGBT no PPP da escola, a todos os trabalhadores do CEFOR para que possamos planejar as atividades intrasetorialmente, bem como o monitoramento dessas atividades e a avaliação no final do projeto piloto.

O planejamento irá acontecer numa oficina de 16 horas com todos os gestores, coordenadores e facilitadores do CEFOR. Após a realização do planejamento iremos discutir com os coordenadores dos cursos mensalmente sobre como está se dando as discussões em sala de aula entre o facilitador e os estudantes do CEFOR. No final do projeto realizaremos uma oficina de avaliação com carga horária de 16 horas para verificarmos como ocorreram as intervenções sobre a temática LGBT no processo de trabalho do CEFOR e dos profissionais de saúde em seus territórios. No segundo dia de oficina iremos realizar encaminhamentos para dar prosseguimento a esse projeto a outras ETSUS.

Após a inserção da proposta no Projeto Político Pedagógico do CEFOR, é recomendado que sejam realizadas avaliações anuais, buscando atualizar e sensibilizar os profissionais envolvidos. Também é recomendado oficinas periódicas para os profissionais recém contratados no serviço.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

	2103					2014	
	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.
Levantamento bibliográfico do assunto	X	X	X	X			
Diálogo com os movimentos sociais dos segmentos envolvidos	X	X					
Diálogo com os estudantes, professores, direção, especialistas em educação, entre outros		X	X				
Aplicação de questionário previamente elaborado para levantamento das necessidades da população envolvida		X	X				
Elaboração de proposta pedagógica (Piloto)		X	X	X			
Aplicação da proposta no CEFOR-PB (Teste)			X	X			
Revisão da proposta pedagógica (Após teste)				X	X		
Proposição da proposta pedagógica para os gestores				X	X		
Inserção da proposta pedagógica no Projeto Político Pedagógico					X	X	
Avaliação geral da atividade (Oficinas de avaliação)						X	
Registro de todas as etapas do processo						X	X
Divulgação dos resultados							X

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um tanto paradoxal o tema abordado neste trabalho. Diz-se isso por se estar discutindo direitos básicos ao ser humano, que é o acesso à saúde de forma humanizada, algo que deveria já estar posto. Todavia, o fato de poder-se discutir e até implantar ideias em favor de uma parcela excluída da população é válido.

Discute-se nesta proposta de intervenção um alvitre essencial para comunidade LGBT, como bem poderia, também, ser ampliado a todas as minorias sociais.

A população LGBT vem galgando, com esforços da militância ativista, conquistas significativas nos direitos sociais, apesar do enleado de “teorias” religiosas e da política. Os profissionais de saúde, apesar de sua moral religiosa, enquanto trabalhadores do Estado têm que colocar em prática o que rege a Constituição Federal quanto à laicidade do Estado.

Desta forma, o que mais é importante ressaltar nesta proposta de intervenção é o trabalho com a saúde integral do assistido pelo SUS. Passarmos, definitivamente, de um sistema de saúde “hospitalocêntrico” para um sistema que veja o assistido em sua essência, no qual o profissional já o esteja tratando desde a anamnese até sua saída da unidade de saúde sem qualquer discriminação ou preconceito. Assim, torna-se necessária a aplicação desta proposta na prática do dia a dia do profissional de saúde. E nada mais adequado do que implantá-la nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos técnicos das Escolas de Saúde do SUS para que um aspecto tão particular, que é a sexualidade, não interfira no relacionamento entre paciente e profissional de saúde.

9. REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Saber Cuidar: Ética do Humano – compaixão pela Terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

DIAS, Adelaide Alves; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti . **A Pedagogia e a Educação em Direitos Humanos:** subsídios para a inserção da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos de Pedagogia. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves. (Org.). **Direitos Humanos na Educação: Subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia.** 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, v. 1, p. 29-68.

ERIBON, Didier. (2008). **Reflexões sobre a questão gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MERRY, E.E; Franco, T.B. **O Trabalho em Saúde:** Olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SOUZA, R.M. **A Subjetividade e as mudanças de práticas no processo de trabalho do Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/AIDS do município de João Pessoa- PB.** Núcleo de Especialização em Saúde Coletiva- UFPB, 2009.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia Social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

<http://lgbtt.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-movimento-lgbt-brasileiro.html>Acesso em 03/04/2013

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/>Acesso em 30/03/2013

<http://sigproj1.mec.gov.br/?goTo=search&plataforma=5> Acesso em: 02/03/2013

<http://michaelis.uol.com.br/>Acesso em 06/03/2013